

Evolução da renda e pobreza na Grande São Paulo nos anos 90: Evidências empíricas e outros subsídios para formulação de políticas de combate à indigência

Paulo de Martino Jannuzzi

Resumo

O artigo descreve a evolução da renda, da distribuição da renda e da indigência na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 90. Mostra-se que, como consequência das mudanças expressivas no nível de renda, desemprego e do custo da cesta básica de alimentos, a proporção de famílias em situação de indigência aumentou de 6% para 12% entre 1990 e 1994. Quatro anos depois, o nível de indigência caiu de forma bastante expressiva, chegando ao patamar de 1990, como resultado do comportamento favorável da renda do trabalho, das aposentadorias, do custo da cesta e das mudanças demográficas. A distribuição de renda continuou, contudo, piorando no período. O trabalho baseia-se na Pesquisa de Condições de Vida realizada pela F.SEADE na RMSP em 1990, 1994 e 1998, e integra-se no conjunto de atividades voltadas a subsidiar a formulação de políticas públicas de combate à pobreza.

1. Introdução

Vários estudos têm apontado ou sugerido que a proporção de indigentes e pobres teria apresentado uma diminuição significativa nos últimos quatro anos no país, no contexto das mudanças desencadeadas com a introdução do Plano Real em meados de 1994. O aumento do valor real do salário mínimo, a estabilidade de preços dos produtos básicos, o aumento do consumo de alimentos e de bens duráveis seriam manifestações inequívocas da redução dos níveis de pobreza por todo o território nacional (Rocha 1996, Árias 1996, Cyrillo *et alli* 1997, Árias 1998, Hoffmann 1998). Mesmo na Região Metropolitana de São Paulo, sujeita a um aumento acentuado do desemprego – inclusive da força de trabalho primária- e perda de postos de trabalho de maior remuneração e status (na indústria e setor formal), estaria se verificando uma diminuição da parcela da população indigente, isto é, das famílias sem recursos suficientes para adquirir uma cesta básica de alimentos (Dini *et al.* 1999).

A disponibilização dos resultados da mais recente Pesquisa de Condições de Vida na metrópole paulista, realizada nos últimos meses de 1998 pela F.SEADE, permite avaliar de forma mais definitiva- ou pelo menos, de forma mais precisa- estas tendências já apontadas, além de acrescentar novas evidências empíricas sobre o comportamento da renda familiar, de sua distribuição e permitir um aprofundamento analítico acerca destas temáticas socioeconômicas. É esta, pois, a motivação para a apresentação deste trabalho. Mais especificamente, o objetivo deste texto é apresentar um quadro descritivo da evolução da indigência na Região Metropolitana de São

Paulo nos anos 90, e apontar algumas explicações para as tendências observadas, em especial, no que diz respeito ao comportamento da renda familiar per capita, ao custo da cesta básica, à conjuntura do mercado de trabalho e às mudanças demográficas que vem se processando na região. Com isso, espera-se contribuir para formulação de programas de combate à pobreza e indigência na RMSP e país.

Este trabalho emprega os dados empíricos levantados pela Pesquisa de Condições de Vida (PCV) nas suas três edições passadas na Grande São Paulo (1990, 1994 e 1998). Como já se salientou em outras oportunidades (Troyano *et al.* 1990, Seade 1992, Seade 1994) esta pesquisa tem o objetivo de permitir uma avaliação abrangente das condições de vida da população paulista, levantando quesitos não apenas relacionados às fontes de rendimento, mas também- e principalmente- sobre as características da inserção ocupacional dos indivíduos, da situação educacional da população, do acesso à serviços de saúde, das condições habitacionais e de infraestrutura urbana. Em 1998, entre outros aspectos, a pesquisa aprofundou o levantamento de informações relacionadas ao acesso a programas sociais e a captação de rendimentos individuais e familiares. Com relação a esta última temática, o questionário passou a dispor de um número maior de quesitos sobre rendimentos, com a inclusão de novas fontes e formas de ingressos e transferências monetárias (como os rendimentos advindos de aplicações financeiras, PIS-PASEP, programas de renda mínima, etc), com uma maior discriminação das fontes de rendimentos já pesquisadas (aposentadorias e pensões provenientes de instituto público e privados) e pela ampliação dos segmentos populacionais sujeitos à declaração (toda a população em idade ativa) (Seade 1999).

Vale observar, contudo, que, para garantir a comparabilidade das informações de rendimentos familiares entre as pesquisas, assim como a avaliação da intensidade de indigência nas três edições do levantamento tomou-se indicadores de renda em 1998 compatíveis com aqueles levantados em 1990 e 1994. Naturalmente, quando possível, procurou-se apresentar as novas estimativas de renda familiar. O emprego dessas novas estimativas em termos comparativos deve ser conduzido de forma muito cuidadosa, cabe ressaltar.

2. Evolução da renda familiar nos anos 90 pela PCV

Os anos 90 tem sido marcados por bruscas oscilações conjunturais da Produção Nacional e significativas mudanças estruturais da Base Produtiva, com claros reflexos sobre o mercado de trabalho brasileiro e metropolitano (Baltar,

Dedecca & Henriques 1997), e por conseguinte, sobre a renda disponível para as famílias. No Governo Collor, de 1990 a 1992, as taxas de crescimento anual do Produto Interno Bruto foram negativas ou, no melhor dos cenários, muito baixas (1% em 1991). Neste quadro a queda da produção industrial paulista foi ainda mais intensa, elevando de forma muito expressiva o desemprego, sobretudo o de origem industrial. Como analisado em Árias (1996) e Dini *et al.* (1999), com base em pesquisas mensais de emprego, a renda familiar atingiu em 1992 seu ponto mais baixo da década. Nos dois anos seguintes, no bojo da recuperação da Economia nacional-que veio crescer a taxas acima de 4,5% aa- a taxa de desemprego na Grande São Paulo diminuiu – mas não ao nível do início da década – e a renda do trabalho elevou-se, recuperando parte do poder de compra da renda familiar perdido anteriormente. A conjuntura econômica manteria-se favorável à expansão da renda até 1996, quando então, com o desaquecimento da economia e sobretudo da indústria, o desemprego não cessaria de aumentar.

Tabela 1: Evolução da Renda Familiar Total e seus componentes principais
Região Metropolitana de São Paulo 1990-1998

Indicador	1990	1994	1998	1998* (1)
Renda Familiar Total (R\$) (2)	1413	1356	1632	1669
Renda média do Trabalho Principal(R\$)	782	748	957	957
Renda média das aposentadorias/pensões(R\$)	346	370	517	517
Taxa de ocupação sobre a PIA (%)	86,8	83,0	79,8	79,8
Proporção de Aposentados sobre PIA (%)	7,1	8,1	9,4	9,4
Participação do trabalho na renda familiar (%)	83,6	80,9	75,7	73,4
Participação das aposent/pensão renda fam (%)	12,3	13,9	16,5	15,3
Participação de outras fontes renda familiar(%)	4,1	5,2	7,8	11,3

Fonte: Fundação SEADE. Pesquisa de Condições de Vida.

(1) Inclusive famílias com renda nula e novos rendimentos captados em 1998.

(2) Em Reais de setembro de 1998, atualizado pelo ICV-Dieese.

Naturalmente que, em três tomadas transversais ao longo da década como no caso da PCV, não é possível reproduzir esta dinâmica conjuntural da renda familiar. Ainda assim, é possível perceber o reflexo parcial dos diferentes contextos econômicos descritos. Neste sentido, vale assinalar que, em junho de 1994, mês de referência da pesquisa, a renda familiar não havia recuperado seu valor real levantado no início do período (junho de 1990), situando-se a um patamar um pouco inferior (R\$ 1356 em 1994 contra 1413 em 1990). Tal comportamento se explica pela evolução desfavorável dos rendimentos do trabalho e da taxa de ocupação no período: em 1994, além dos rendimentos do trabalho serem 4% menores que em 1990, a taxa de ocupação (sobre a PIA) havia diminuído quatro pontos percentuais. Não fosse pelo aumento real das aposentadorias e do número de indivíduos recebendo estes

proventos a queda da renda familiar teria sido maior que os 4% verificados em 1994 comparativamente a 1990.

Em que pese o comportamento desfavorável das taxas de ocupação (e da perda de postos de trabalho formais e na indústria), a renda familiar em 1998 situava-se em um nível cerca de 20% maior que aquela apurada quatro anos antes na Região Metropolitana. Tal fato se deve, em primeiro lugar, pela forte elevação dos rendimentos do trabalho (28%) e ainda maior das aposentadorias (40%), fator este ainda potencializado pelo aumento sistemático da parcela de aposentados no período. Além disso, parte do aumento real da renda familiar se deve a importância crescente de outros rendimentos que não do trabalho (aluguéis, transferências, etc). Por fim, não se pode deixar de atribuir um papel também significativo para a elevação real da renda familiar (e dos rendimentos do trabalho) ao efeito das diferenças de período de referência das pesquisas e da própria qualidade da informação reportada nas suas duas últimas edições. Em 1994, a pesquisa de campo foi realizada entre maio e julho, período em que a massa de rendimentos tende a ser menor, em função do aumento sazonal do desemprego no meio do ano. Além disso, naqueles meses, a coleta de informações sobre rendimentos foi particularmente complexa, em decorrência dos altos níveis de inflação e da coexistência de duas unidades de referência monetária (Cruzeiro Real e URV), aspectos que podem ter comprometido a qualidade da informação levantada.

Com a incorporação dos novos rendimentos na pesquisa de 1998, o indicador de renda familiar passou a ser cerca de 2% maior que aquele compatível com os anteriores, refletindo a importância, sobretudo, dos rendimentos financeiros (daí a participação de 11% de outras rendas no montante da renda total).

As mudanças demográficas como a redução da fecundidade, diminuição da intensidade migratória, e de composição familiar, como o aumento da incidência de pessoas só, casais sem filhos e famílias menores, ambas de longa data na metrópole paulista, e que se refletem diretamente na redução do tamanho médio do arranjo familiar, explicam as variações mais significativas da renda familiar per capita em 1994 e em 1998 e o fato dela se revelar crescente nos três momentos da pesquisa. Afinal, por um lado, se há uma diminuição do tamanho dos arranjos, *ceteris paribus*, cada indivíduo pode se apropriar de uma parcela um pouco maior de renda. Por outro lado, e talvez mais importante, é o fato de que os arranjos com uma ou duas pessoas- que têm se tornado cada vez mais frequentes- têm apresentado os aumentos mais

expressivos de renda no período em análise, seja porque constituem-se em boa parte de jovens profissionais de alta escolaridade – premiados pelo credencialismo crescente do mercado de trabalho- seja porque constituem-se em casais com chefe aposentado ou pensionistas, cujos proventos tem aumentado em ritmo superior, inclusive, ao do rendimento do trabalho.

Não deve passar despercebido que, entre os mais pobres, a renda per capita não aumentou sucessivamente ao longo das edições da pesquisa, nem ao ritmo observado entre os mais ricos. De fato, a renda familiar per capita dos 10% mais pobres chegou a ser menor em 1994 que em 1990 (-31%), comportamento muito distinto do observado entre os 10% mais ricos (aumento de 13%). Em 1998, a elevação da renda média dos mais ricos foi ainda mais intensa que a dos mais pobres: 37% maior que em 1994 entre os 10% mais ricos, cifra bem superior aos 24% observado entre os 10% mais pobres. Dados não apresentados aqui, mostram, em concordância com o relatado em Dini *et al.* (1999) e Árias (1998), que esse comportamento menos favorável da renda dos segmentos mais pobres, seja em 1994, seja em 1998, deve-se à combinação de taxas de desemprego mais elevadas e evolução menos virtuosa da renda do trabalho destes segmentos, comparativamente a aqueles situados no extremo superior da escala de renda.

Tabela 2: Evolução da Renda Familiar per capita e de sua distribuição por classes
Região Metropolitana de São Paulo 1990-1998

Indicador	1990	1994	1998	1998* (1)
Renda Familiar per capita (R\$) (2)	420,3	426,0	560,7	580,3
Tamanho médio das famílias	3,9	3,7	3,5	3,5
Renda média dos 10% fam mais ricas (R\$)(3)	1581,5	1793,3	2460,4	2606,2
Renda média dos 25% fam mais ricas (R\$)	1019,5	1114,3	1513,6	1594,3
Renda média dos 25% fam mais pobres (R\$)	96,7	75,4	92,5	81,4
Renda média dos 10% fam mais pobres (R\$)	62,7	43,5	54,1	33,7
Distribuição por classes de renda familiar per capita (%)				
0 a 0,5 sal.mínimo (4)	5,5	9,2	6,8	8,7
Mais de 0,5 a 1 sal.mínimo	14,8	17,9	14,4	13,0
Mais de 1 a 2 sal.mínimo	28,8	26,2	24,9	24,2
Mais de 2 a 5 sal.mínimo	34,1	29,2	30,6	29,9
Mais de 5 a 10 sal.mínimo	11,8	10,9	14,1	13,9
Mais de 10 sal.mínimo	5,0	6,5	9,3	10,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação SEADE. Pesquisa de Condições de Vida

(1) Inclusive famílias com renda nula e novos rendimentos captados em 1998.

(2) Em Reais de setembro de 1998, atualizado pelo ICV-Dieese.

(1) Salário mínimo de setembro de 1998.

(2) Percentis de renda familiar per capita.

A diminuição da renda familiar per capita dos mais pobres acabou por aumentar a parcela de famílias em classes de renda mais baixas entre 1990 e 1994, sobretudo aquelas faixas mais típicas de vulnerabilidade à situação de indigência (até 0,5 e 0,5 a

1 salário mínimo per capita). Como o aumento da renda per capita em 1998 foi generalizado – ainda que maior entre os mais ricos- a curva de distribuição de renda sofreu uma dilatação à direita, reduzindo a parcela de famílias situadas nas classes de renda mais baixa, mais sujeitas à situação de indigência e pobreza, como se verá mais à frente.

A inclusão de novas fontes e formas de rendimento conduz a um indicador de renda per capita um pouco mais elevado, seja entre os segmentos mais ricos, seja entre os mais pobres, atestando a importância do aprofundamento temático introduzido na pesquisa (sobretudo se seus dados são empregados em estudos sobre quantificação da indigência e pobreza). Observe-se, contudo, que entre os 10% mais ricos o novo indicador passou a ser 5% mais elevado, contra 2% entre os mais pobres.

3. O agravamento da desigualdade na distribuição de renda

A evolução mais favorável da renda familiar per capita entre as famílias mais ricas ao longo da década, como apontada há pouco, sugeriria um agravamento do perfil distributivo da renda na Região Metropolitana. Como revelam os dados da Tabela 3, qualquer que seja a unidade de análise (renda familiar total ou per capita), qualquer que seja a medida de desigualdade (mais sensível a desigualdades no meio ou entre extremos da distribuição), há um clara e progressiva piora na distribuição da renda familiar na metrópole paulista, especialmente entre 1990 e 1994. Nos últimos quatro anos a tendência de agravamento da distribuição persistiu, aproximando-se dos padrões históricos do país, tal como retratado por Hoffmann e Kageyama (1984) e Barros et alli (1997). Os 5% de famílias mais ricas detinham 21% da massa de rendimentos familiares em 1990, tendo ampliado para 25% em 1998. Os 25 % mais ricos passaram a dispor de 63 % da massa total ao final do período, oito pontos percentuais a mais que em 1990 (55%), enquanto que os 25 % mais pobres reduziram sua participação a 5,5 % da massa (contra 7 % em 1990).

Tabela 3: Medidas de desigualdade da Distribuição de Renda Familiar
Região Metropolitana de São Paulo 1990-1998

Indicador	1990	1994	1998	1998* (1)
Renda Familiar Total				
Índice de Gini	0,473	0,530	0,552	0,566
Distância entre Ricos e Pobres(2)	23,8	37,4	36,1	45,0
Apropriação da massa de renda (%)				
pelos 5% de famílias mais ricas(3)	21,0	23,4	24,9	26,0
pelos 10% de famílias mais ricas	31,8	36,7	38,2	39,3
pelos 25% de famílias mais ricas	55,0	61,1	63,0	63,8

pelos 50% de famílias mais pobres	22,2	17,7	17,3	16,4
pelos 25% de famílias mais pobres	7,3	5,6	5,5	4,8
pelos 10% de famílias mais pobres	1,3	1,4	1,4	0,9
pelos 5% de famílias mais pobres	0,7	0,5	0,6	0,2
Renda Familiar per capita				
Índice de Gini	0,489	0,547	0,568	0,584
Distância entre Ricos e Pobres	20,8	31,3	34,1	53,3

Fonte: Fundação SEADE. Pesquisa de Condições de Vida.

- (1) Inclusive famílias com renda nula e novos rendimentos captados em 1998.
- (2) Razão entre o 95º Percentil pelo 5º Percentil de renda.
- (3) Percentis de renda familiar per capita.

A incorporação dos novos rendimentos no indicador de renda ampliado em 1998 agrava ainda mais o quadro distributivo, como consequência da importância crescente dos rendimentos financeiros e patrimoniais com o nível de renda. Este resultado dá uma pequena ilustração do quadro distributivo ainda mais grave da riqueza (em relação aos rendimentos correntes) na sociedade brasileira.

O credencialismo crescente do mercado de trabalho- particularmente intenso na Região Metropolitana- que privilegia os mais escolarizados e qualificados (com rendimentos mais elevados) e pune os menos escolarizados (de modo cada vez mais frequente com o desemprego) deve responder por esta tendência de piora acentuada da distribuição de renda, como se infere pelos resultados de Dini et alli (1998).

4. População em situação de indigência e pobreza nos anos 90

O comportamento da renda familiar per capita entre os mais pobres certamente pode sugerir as tendências com relação ao aumento ou diminuição da indigência e pobreza na sociedade. Assim, com a diminuição da renda familiar per capita de 1990 a 1994, haveria mais indigentes nesse momento que em 1990 na Grande São Paulo. Mas em 1998, com a forte recuperação do rendimento per capita da população metropolitana- generalizado, mas não equânime pelos estratos sociais – teria ocorrido o inverso, isto é, diminuição da parcela de famílias em situação ou em risco de indigência ou pobreza.

Para ter uma avaliação mais precisa das tendências da pobreza e da indigência – assim como quantificar a parcela de população nestas condições- é necessário, contudo, definir como estes conceitos serão colocados operacionalmente à prova. Não cabe aqui retomar as discussões metodológicas sobre a definição da linha de indigência e de pobreza, sobre quantidades e produtos e serviços a incluir na cesta básica, sobre o índice de preços a adotar na correção dos produtos e serviços da cesta, sobre o tipo de indicador de renda, sobre a forma de imputar ou corrigir rendas familiares, etc. A bibliografia internacional e nacional é rica neste sentido e, no

âmbito da PCV, essas discussões metodológicas foram tratadas em Seade (1992).

Para fins deste trabalho, dado seu caracter exploratório, tomou-se como linha de indigência aquela definida no contexto do projeto “Acompanhamento conjuntural da renda familiar e pobreza na Região Metropolitana de São Paulo”, definida a partir da cesta básica de alimentos da CEPAL (1991), adaptada aos itens e quantidades da Pesquisa do Índice de Custo de Vida do DIEESE em cada momento de realização da PCV (Dini et al. 1999).

Assim, uma família seria considerada indigente se, em junho de 1990, não dispusesse de recursos para comprar uma cesta básica de alimentos ao preço de R\$ 71,38 per capita (valores reais de setembro de 1999 atualizados pelo ICV-Dieese). Em julho de 1994, estariam nessa situação as famílias com renda inferior a R\$ 73,17 per capita e em setembro de 1998, aquelas com renda per capita até R\$ 62,26.

Definiu-se também dois outros estratos acima da linha de indigência, segundo sua vulnerabilidade a tal condição para permitir uma avaliação aproximada das tendências da evolução da pobreza propriamente dita. Tomou-se um estrato logo acima da linha de indigência, com amplitude igual ao valor da cesta, chamado estrato vulnerável à indigência (estrato LI2), e outro, subsequente, com as mesmas características, doravante denominado de estrato menos vulnerável à indigência (LI3). Vale ressaltar que não se está tomando os estratos LI2 ou LI3 como o conjunto de famílias em condição de pobreza, mas sim em situação de vulnerabilidade à indigência. Haveria até mesmo algum fundamento teórico em adotar um ou outro estrato como o estrato de pobreza, se se admitir que as linhas de pobreza possam e devam ser definidas a partir de múltiplos da Relação de Orshanski (inverso do Coeficiente de Engel, que reflete a participação das despesas com alimentação no orçamento familiar das famílias de baixa renda). Neste sentido, pelos estudos conduzidos anteriormente (Seade 1992, Jannuzzi 1997), a linha de pobreza para cobrir os custos de alimentação, habitação, transporte e demais bens e serviços essenciais em uma região como a metrópole paulista deveria ser definida como o limite superior do estrato LI3.

Quadro 1: Estratos de vulnerabilidade à indigência

Famílias indigentes	<p>Famílias com renda per capita insuficiente para cobrir os gastos com a cesta básica de alimentos CEPAL, adaptada para RMSP através da POF/Dieese 1996, valorada produto a produto no mês de referência de cada pesquisa :</p> <p>PCV Mês ref. VI nominal VI atual.(set/98)</p> <p>1990 Junho Cr\$ 2.314,66 R\$ 71,38</p> <p>1994 Julho R\$ 44,76 R\$ 73,17</p> <p>1998 Setembro R\$ 62,26 R\$ 62,26</p>
Famílias vulneráveis à indigência	Famílias com renda per capita superior à linha de indigência, mas inferior ao dobro da mesma (supondo Rel.Orshanski = 2)
Famílias menos vulneráveis à indigência	Famílias com renda per capita situadas no intervalo entre o dobro e o triplo da linha de indigência (supondo Rel. Orshanski = 3)
Famílias não vulneráveis	Famílias com renda per capita superior ao triplo da linha de indigência

A validação externa desta estratificação normativa de indigência e da vulnerabilidade à mesma têm também suporte empírico adicional, fornecido pela própria PCV 98. Seguindo uma prática que vem se tornando comum em pesquisas domiciliares de outros países, mas ainda inédita no Brasil, introduziu-se no questionário da pesquisa quesitos sobre eventuais dificuldades de pagamento de despesas correntes com alimentação, aluguel ou prestação da moradia, contas de água, luz e gás, prestações de bens duráveis adquiridos a prazo. Com todas as restrições metodológicas que se possa levantar com relação a confiabilidade das respostas, que se baseiam na percepção dos entrevistados, os resultados parecem bastante consistentes com os padrões observados em outros estudos e tendências divulgadas na mídia. Como era de se esperar, a dificuldade de arcar com qualquer das despesas é significativamente mais alta entre as famílias indigentes. Em cerca de 41% delas se declarou não haver recursos suficientes para custear as despesas com alimentação. Também eram igualmente elevadas entre estas famílias, as parcelas das mesmas que declararam dificuldades de pagamento de aluguel ou prestação e contas de água, luz e gás, revelando o conflito alocativo cotidiano deste segmento na distribuição dos recursos entre despesas com alimentação e despesas fixas não facilmente comprimíveis ou adiáveis (pelas sanções inerentes ao não pagamento). Nos demais estratos a incapacidade declarada de custeio de despesas vai diminuindo, sobretudo com relação a gastos com alimentação. Vale observar as elevadas parcelas de famílias – em todos os estratos- que declararam ter dificuldades com pagamento de prestações de compra a prazo de eletroeletrônicos, eletrodomésticos e automóveis (21%) , resultado consistente com os níveis de inadimplência noticiados nos últimos anos, depois da “febre” consumista - e de concessão de crédito – pós-Real.

Tabela 4: Declaração de Incapacidade de pagamento de despesas domiciliares segundo estratos de vulnerabilidade à indigência (em %) Região Metropolitana de São Paulo 1998

Estrato de vulnerabilidade	Declarou não dispor de renda familiar suficiente para arcar com total de despesas com :			
	Alimentação	Alug/Prestação	Luz/água/gás	Prest. Bens dur.
Indigentes	41,4	39,9	29,6	42,5
Vulneráveis à indigência	25,6	19,2	20,1	30,0
Menos vulneráveis à indigência	17,7	18,6	16,0	20,6
Não vulneráveis	9,4	12,1	6,9	17,6
Total	14,5	14,5	11,1	20,5

Fonte: Fundação SEADE. Pesquisa de Condições de Vida.

Com as definições operacionais de indigência e vulnerabilidade acima explicitadas, estima-se que havia cerca de 6% de famílias indigentes e 33% em algum grau de vulnerabilidade em junho de 1990. Quatro anos depois, como consequência da já relatada trajetória da renda familiar per capita dos segmentos mais pobres (queda de 22% da renda entre os 10% mais pobres) e também do aumento do custo real da cesta básica (de R\$ 71,38 para R\$ 73,17), a proporção de famílias indigentes aumentou de forma muito acentuada, passando a representar 11% das famílias na Região Metropolitana. Nos primeiros anos da década, a intensidade de pobreza certamente aumentou, como sugere a diminuição de cerca de 8 pontos percentuais em 1994 das famílias “não vulneráveis” (com renda acima de três linhas de indigência per capita). Em setembro de 1998, pelo aumento generalizado – mas não linear, nem equitativo – da renda de diversos segmentos sociais, e redução expressiva do custo da cesta básica (que passou a custar R\$ 62,26) a indigência reduziu-se quase que pela metade (6%). O conjunto de famílias em situação de maior vulnerabilidade à indigência (LI2) também diminuiu de forma intensa (de 20% para 13 %), configurando um quadro geral de pobreza e indigência significativamente melhor não apenas que aquele apresentado pela PCV em 1994, como também o relativo a 1990.

Tabela 5: Evolução das famílias segundo estratos de vulnerabilidade à indigência Região Metropolitana de São Paulo 1990-1998 (em %)

Estrato de vulnerabilidade	1990	1994	1998
Indigentes	6,1	11,4	5,7
Vulneráveis à indigência	17,4	20,1	12,6
Menos vulneráveis à indigência	15,8	15,5	14,7
Não vulneráveis	60,7	53,0	67,0
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação SEADE. Pesquisa de Condições de Vida.

Em termos absolutos, houve uma diminuição de cerca de 224 mil famílias na situação de indigência nos últimos quatro anos (862 mil indivíduos a menos nesta condição), se se fizer a suposição simplificadora de que as famílias sem redimentos declarados se distribuem de forma proporcional pelos estratos de vulnerabilidade à

indigência. Sob este suposto, em 1998, haveria 277 mil famílias indigentes (correspondendo a 1,33 milhões de pessoas), 613 mil famílias no estrato L2 (2,6 milhões de indivíduos), 715 mil famílias no estrato L3 (2,6 milhões de indivíduos) e 3,258 milhões de famílias não vulneráveis à indigência (10,5 milhões de indivíduos).

Um aspecto importante a comentar sobre estes estratos de vulnerabilidade de indigência é que eles não são estritamente comparáveis em uma perspectiva longitudinal. Estes estratos não definem classes de renda equivalente ao longo do tempo, mas de segmentos com poder aquisitivo compatível medido em termos de cestas básicas. É por esta razão que a renda familiar média (Tabela 6) e o acesso a serviços e bens (Tabela 7) mostra-se tão variável ao longo das edições da pesquisa.

Essa ressalva é importante na interpretação das características dos diferentes segmentos ao longo do período. Assim, o fato da renda familiar per capita das famílias indigentes ser de R\$ 40 em 1998 (contra R\$ 47 em 1994) não significa que os indigentes tenham se tornado ainda mais pobres, mas sim que a parcela de famílias que permanecia nesta condição em 1998 apresenta renda mais baixa que aquela considerada indigente em 1994. Fossem elas analisadas em relação à parcela situada no extremo inferior da escala de renda em 1994, é muito provável que a renda tenha aumentado no período. Os indigentes identificados em 1998 devem constituir, pois, o “núcleo duro” da indigência na Região Metropolitana, carentes não apenas em renda, como em outros aspectos.

Tabela 6: Renda familiar per capita segundo estratos de vulnerabilidade à indigência Região Metropolitana de São Paulo 1990-1998 (em R\$)

Estrato de vulnerabilidade	1990	1994	1998
Indigentes	49	47	40
Vulneráveis à indigência	111	110	94
Menos vulneráveis à indigência	178	194	152
Não vulneráveis	612	698	782
Total	420	426	561

Fonte: Fundação SEADE. Pesquisa de Condições de Vida.
Em reais de setembro de 1998.

De fato, a apresentação tabular das características socioeconômicas dos indigentes nos três momentos da pesquisa- com os problemas de comparabilidade acima explicitados- permite verificar que as famílias em situação de indigência em 1998 constituem-se em um dos grupos sociais de maior carência em termos de condições de vida e acesso a serviços e benefícios sociais. Cerca de 41% destas famílias indigentes residem em favela ou cortiços, o que explica que apenas 58% tenham serviços urbanos de rede de água, luz, esgoto e coleta de lixo adequados.

Como os benefícios indiretos do trabalho (cesta básica, vale refeição, vale

transporte) estão diretamente relacionados à qualidade da inserção ocupacional dos indivíduos (Braglia *et al.* 1995), não é se estranhar que a parcela de famílias indigentes que desfrutam dos mesmos é menor que na população em geral. Observe-se, porém, que o acesso a bens duráveis convencionais (geladeira, TV e lavadora/tanquinho) é consideravelmente amplo dentre as famílias indigentes, fato este certamente explicado pela combinação de uma série de fatores favoráveis: aumento da renda, queda relativa das taxas de juros, desenvolvimento e oferta de novos produtos eletroeletrônicos de conteúdo tecnológico inferior (tanquinho, por exemplo), barateamento relativo dos bens (em função da concorrência com importados), florescimento do mercado de produtos de “segunda mão”, da flexibilização das normas de concessão de crédito por parte do comércio e da própria desmobilização do patrimônio acumulado em cadernetas de poupança e outros ativos.

Tabela 7: Acesso a serviços públicos, benefícios do trabalho e bens duráveis
Segundo estratos de vulnerabilidade à indigência (em %)
Região Metropolitana de São Paulo 1990-1998

Estrato de vulnerabilidade/acesso	1990	1994	1998
Indigentes			
% Famílias residentes em favelas/cortiços	21,6	18,6	40,5
% Famílias com acesso serv. Urbanos adequados	56,1	70,0	57,8
% Fam com cesta básica	3,7	7,5	8,3
% Fam com vale transporte	19,6	18,7	11,3
% Fam com vale refeição	15,4	19,4	6,7
% Fam com geladeira	75,7	79,8	89,5
% Fam com lavadora de roupas	9,0	23,8	57,9
% Fam com televisão preto/branco ou em cores	70,9	84,7	90,0
% Fam com caderneta poupança	23,1	32,6	13,6
Total			
% Famílias residentes em favelas/cortiços	10,6	10,8	16,5
% Famílias com acesso serv. Urbanos adequados	77,0	80,4	80,0
% Fam com cesta básica	10,6	15,9	21,2
% Fam com vale transporte	42,0	40,6	31,7
% Fam com vale refeição	45,0	30,5	20,2
% Fam com geladeira	90,0	92,3	95,9
% Fam com lavadora de roupas	40,9	55,0	76,0
% Fam com televisão preto/branco ou em cores	91,1	93,6	95,8
% Fam com caderneta poupança	44,8	59,8	35,7

Fonte: Fundação SEADE. Pesquisa de Condições de Vida.

Vale observar também que, em que pese a diminuição da indigência houve um aumento da parcela de famílias residentes em favelas e cortiços (de 10% para 16%) nos últimos quatro anos. O elevado valor do aluguel para quem o paga na RMSP (R\$ 389 em média e R\$ 191 para famílias indigentes pela PCV/98), assim como sua variação nos últimos quatro anos - muito acima do índice geral de preços- têm contribuído para este aumento da parcela de famílias residindo em barracos e cortiços, em terrenos ou imóveis invadidos ou cedidos, assim como a saída de famílias do

município de São Paulo em direção à periferia, como atesta a baixa taxa de crescimento populacional da capital entre 1991 e 1996 (0,4% ao ano). No balanço de cinco anos do Plano Real, enquanto o Índice Geral do ICV/DIEESE apontou uma variação média de 77%, o grupo de produtos e serviços do setor Habitação foi de 182 % em igual período.

5. Efeitos do aumento da renda e diminuição do custo da cesta sobre a indigência

Como se procurou observar na seção anterior, pela sua própria definição operacional, a intensidade de indigência depende diretamente da evolução da renda familiar per capita das famílias de renda mais baixa e do comportamento dos preços da cesta básica de alimentos. Assim, o aumento acentuado da intensidade de indigência em 1994 se explicaria pela combinação explosiva da queda significativa da renda per capita dos segmentos mais pobres e aumento dos preços de produtos de alimentação. A diminuição expressiva da indigência em 1998, por outro lado, seria resultado da associação virtuosa de aumento da renda familiar e redução dos custos da cesta básica.

Tabela 8 : Índice acumulado dos preços de produtos da cesta básica, do custo de vida e do salário mínimo
Região Metropolitana de São Paulo 1990-1998

Item	Jun/1990	Jul/1994	Set/1998
Cesta Básica	100	5.319.262	7.398.188
ICV – Dieese – Geral	100	5.185.648	8.475.382
Salário Mínimo	100	4.618.548	9.267.036

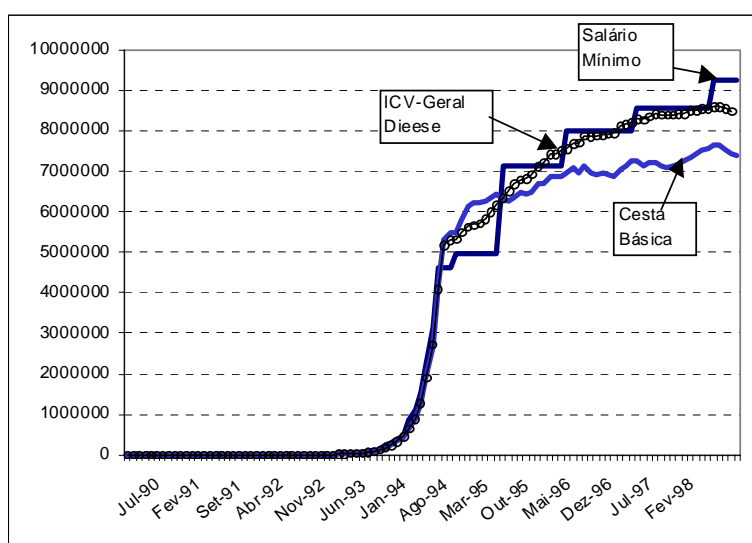
Fonte: Fundação SEADE. Pesquisa de Condições de Vida.

Os dados trazidos na Tabela 8 são ilustrativos neste sentido: em julho de 1994 a cesta básica de referência de indigência havia acumulado uma variação superior à inflação média medida pelo ICV-Dieese, e maior ainda em relação ao salário mínimo; em setembro de 1998, a cesta já custava menos e o salário mínimo passara a ter maior poder de compra, em termos médios (em relação ao ICV), e de forma ainda mais expressiva em relação ao valor da cesta. A julgar pela evolução mensal destes indicadores, como mostrado no Gráfico 1, a indigência deve ter iniciado sua trajetória descendente a partir de final de 1994, com a desaceleração do aumento de preços dos alimentos (em relação a demais produtos da economia), e de forma mais clara e definitiva a partir de maio de 1995, com o aumento expressivo do salário mínimo na ocasião. A estabilidade dos preços da cesta entre 1996 e 1997 certamente garantiu a manutenção da tendência de queda da indigência ou pelo menos da redução até então

alcançada.

Tendências semelhantes já haviam sido apontadas por Cyrillo et alli (1997) no estudo do comportamento dos preços de alimentos do Índice de Preços ao Consumidor da FIPE na presente década. Os autores identificaram três situações distintas do patamar de preços dos alimentos em relação ao nível geral de preços acompanhados: no início da década, o patamar dos preços estaria próximo ao da inflação; em 1993/94, o nível de preços dos alimentos estaria 20% acima do IPC; a partir de 1995, o nível de preços dos alimentos viria a apresentar queda sistemática, tendência acelerada pela concorrência exercida por produtos trazidos do exterior. Com o barateamento da cesta básica de alimentos, teria havido, inclusive, uma melhoria da qualidade nutricional da mesma, com aumento do consumo de proteínas – através do aumento do consumo de derivados do leite e carne- e também de produtos industrializados.

Grafico 1 : Índice acumulado dos preços de produtos da cesta básica, do custo de vida e do salário mínimo



Região Metropolitana de São Paulo 1990-1998

A sensibilidade da indigência a variações da renda familiar per capita e dos custos da cesta básica pode ser melhor avaliada através de um exercício hipotético de simulação. Para tanto, tomou-se a distribuição de renda familiar per capita em 1998, retirando-lhe os aumentos reais observados desde 1990 e desde 1994. Em cada uma destas situações calculou-se o grau de indigência com base nos valores assumidos pela linha de indigência em 1990, 1994 e 1998.

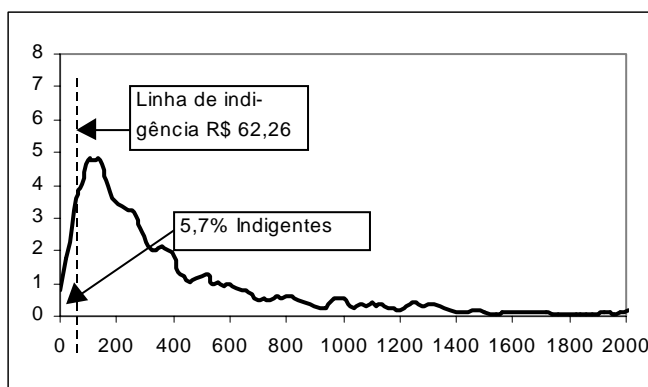
Como se pode verificar na Tabela 9, nas condições hipotéticas simuladas, a indigência poderia assumir uma cifra de 12 %, se a renda média se mantivesse no nível de junho de 1990 (isto é, não tivesse havido aumento no período) e se a cesta básica estivesse no seu maior valor dentre aqueles aqui analisados (em julho de 1994). Pode-se perceber também pelos gráficos seguintes que a redução da indigência de 1994 para 1998 deveu-se ao duplo efeito de diminuição do valor da cesta (de R\$ 73,17 para R\$ 62,26) - que permitiria, *ceteris paribus*, uma redução hipotética de 2,5 pontos percentuais na indigência (8,2 – 5,7) – e do aumento da renda familiar (de R\$ 426 para R\$ 561) – que levaria, por si só, com as demais condições constantes, a uma redução de 3,7 pontos percentuais na indigência (9,4 – 5,7). Ou, de forma equivalente, não fossem as variações apontadas no custo da cesta e na renda familiar a indigência atingiria 12 % das famílias da RMSP em 1998.

Tabela 9 : Incidência de Famílias em situação de indigência segundo diferentes Hipóteses de comportamento dos preços da cesta básica de alimentos e

do Nível médio de renda familiar per capita Região Metropolitana de São Paulo 1990-1998			
Custo da Cesta básica	Renda jun/90 R\$ 420	Média no Jul/94 R\$ 426	nível de Set/98 R\$ 561
Igual à cesta de jun/90 (R\$ 71,38)	9,6	11,5	8,0
Igual à cesta de jul/94 (R\$ 73,17)	12,1	11,9	8,2
Igual à cesta de set/98 (R\$ 62,26)	11,8	9,4	5,7

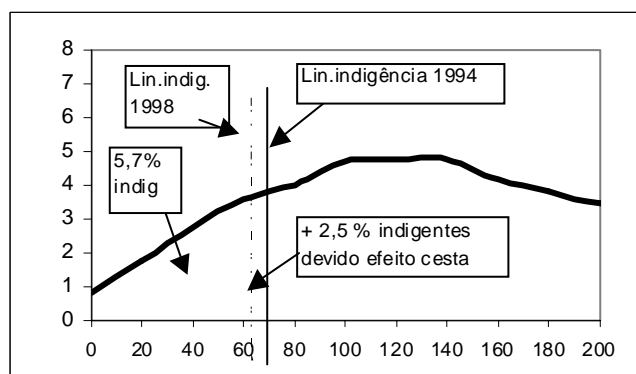
Fonte: Fundação SEADE. Pesquisa de Condições de Vida.

Gráfico 2: Histograma da distribuição de famílias por faixas de renda familiar per capita



Região Metropolitana de São Paulo 1998

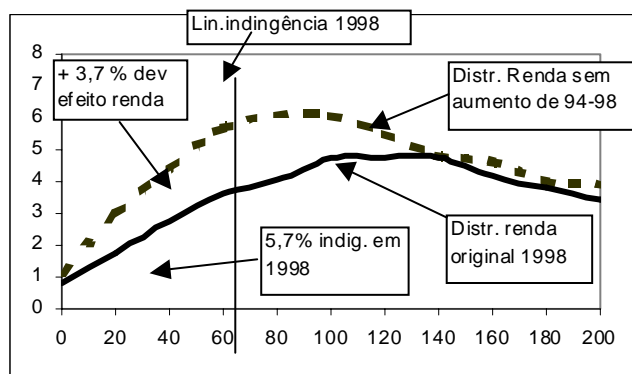
Gráfico 3 : Efeitos da redução do custo real da cesta básica sobre a indigência 94-98



Região Metropolitana de São Paulo 1998

Estes resultados sugerem que o grau de indigência é mais elástico a variações da cesta básica (diminuição de 1 ponto percentual de indigência a cada 4 reais de redução no preço da cesta) do que a variações da renda familiar per capita (diminuição de 1 ponto percentual na indigência para cada 36 reais de aumento na renda). Tal fato decorre das características da curva de distribuição de renda nas classes de rendimentos mais baixos, onde a linha de indigência se situa. Aumentos de renda tendem a dilatar a curva para a direita, preservando, contudo, a elevada declividade da curva nas proximidades da linha de indigência. Esta elevada declividade é consequência do padrão distributivo de renda no país, com grande concentração de famílias nos estratos de baixa renda familiar.

Gráfico 4 : Efeito do aumento real da renda familiar sobre a indigência 94-98



Região Metropolitana de São Paulo 1998

6. Efeitos do desemprego e aposentadoria dos chefes sobre a indigência

O desemprego têm sido apontado como um dos fatores de risco à condição de pobreza e indigência na literatura nacional, ademais da baixa escolaridade da mão de obra e da baixa qualidade dos postos de trabalho (Barros & Mendonça 1996, Ramos & Santana 1999).

Tabela 10: Evolução da condição de atividade ou ocupação dos chefes de família
Região Metropolitana de São Paulo 1990-1998

Condição de Atividade ou ocupação do Chefe	1990	1994	1998
Inativo	18,1	18,8	21,3
Desempregado	3,1	5,8	7,4
Ocupado	78,8	75,4	71,3
Com primário incompleto	20,1	15,9	12,4
Com 1º Grau incompleto	27,8	26,0	22,6
Com 1º Grau completo	30,9	33,5	36,3
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação SEADE. Pesquisa de Condições de Vida.

Taxas elevadas de desemprego tem marcado a conjuntura do mercado de trabalho metropolitano nos anos 90, vindo a afetar de forma significativa, inclusive, a força de trabalho primária – chefes, homens, de 10 a 49 anos- nos últimos quatro anos. De fato, a proporção de chefes desempregados (sobre a PIA de chefes) mais do que dobrou (aumentou de 3 % para 7 %) entre 1990 e 1998. No mesmo período, como resultado inexorável do envelhecimento populacional, era de se esperar que houvesse - como ocorreu- um aumento da inatividade. Por conta do aumento dos chefes desempregados e inativos, a parcela de ocupados diminuiu, sobretudo a parcela de chefes de menor escolaridade, no contexto de credencialismo crescente do mercado contratante de mão de obra.

Tabela 11: Intensidade de indigência segundo condição de atividade/ocupação do chefe

Região Metropolitana de São Paulo 1990-1998			
Condição de Atividade Ou ocupação do Chefe	1990	1994	1998
Inativo	10,0	14,3	7,6
Desempregado	23,9	30,0	25,4
Ocupado	4,5	9,2	3,0
Com primário incompleto		18,3	7,2
Com 1º Grau incompleto	7,3	11,9	4,4
Com 1º Grau completo	5,7	2,8	0,7
Total	1,6		
	6,1	11,4	5,7

Fonte: Fundação SEADE. Pesquisa de Condições de Vida.

Mas em que pese o aumento do desemprego, o aumento generalizado da renda familiar per capita nos últimos quatro anos e a redução do custo da cesta básica acabou garantindo um nível mais baixo de indigência na Região Metropolitana. Mesmo entre as famílias com chefe desempregado houve uma diminuição da proporção de indigentes, como mostra a Tabela 11. Entre as famílias com chefes inativos, a proporção de famílias indigentes caiu pela metade entre 1994 e 1998, o que ilustra a eficácia política do aumento real das aposentadorias- atreladas à evolução do salário mínimo- no combate à pobreza. Mas a queda mais acentuada na incidência da

pobreza foi, sem dúvida entre aquelas famílias com chefes ocupados, especialmente as com chefes de maior escolaridade. Em 1998, só 3% das famílias com chefe ocupado eram indigentes, contra 9% em 1994.

Tabela 12: Contribuição dos fatores do modelo *shift-share* para variação da indigência em cada período
Região Metropolitana de São Paulo 1990-1998

Condição de Atividade ou ocupação do Chefe	Aum. da indigência entre 1990 e 1994 devido a variação da:				Dim. da indigência entre 1994 e 1998 devido a variação da:				Dim. Da indigência entre 1990 e 1998 devido a variação da:			
	Indig.	C.Ativ.	Inter.	Total	Indig.	C.Ativ.	Inter.	Total	Indig.	C.Ativ.	Inter.	Total
Inativo	0,8	0,1	0,0	0,9	-1,3	0,4	-0,2	-1,1	-0,4	0,3	-0,1	-0,2
Desempregado	0,2	0,6	0,2	1,0	-0,3	0,5	-0,1	0,1	0,0	1,0	0,1	1,1
Ocupado	4,3	-0,4	-0,5	3,4	-4,4	-1,0	0,6	-4,8	-0,7	-0,8	0,0	-1,4
Com prim. incompleto	2,2	-0,3	-0,5	1,4	-1,8	-0,6	0,4	-2,0	0,0	-0,6	0,0	-0,6
Com 1º Gr. incompleto	1,7	-0,1	-0,1	1,5	-2,0	-0,4	0,3	-2,1	-0,4	-0,3	0,1	-0,6
Com 1º Grau completo	0,4	0,0	0,0	0,4	-0,7	0,1	-0,1	-0,7	-0,3	0,1	0,0	-0,2
Total	5,3	0,3	-0,3	5,3	-5,9	-0,1	0,3	-5,7	-1,0	0,6	0,0	-0,5

Essa intensa diminuição da indigência entre as famílias de chefes ocupados foi o principal fator explicativo para a redução do nível geral da indigência na RMSP nos últimos quatro anos, como se pode verificar através de um modelo *shif-share*.

Combinada à redução da indigência entre as famílias de chefes inativos, tal comportamento superou amplamente os efeitos do aumento do desemprego entre os chefes nos últimos quatro anos. Comparativamente a 1990, contudo, os efeitos do aumento do desemprego sobre a indigência são mais nítidos e de maior magnitude.

7. Efeitos da dinâmica demográfica sobre a indigência

A influência dos processos de natureza demográfica sobre a intensidade de indigência e pobreza tem sido pouco estudados no país, em que pese o ritmo e conteúdo das mudanças observadas. De fato, como já se observou nos tópicos iniciais deste trabalho, a redução do tamanho das famílias- decorrentes da diversificação dos arranjos familiares e da queda da fecundidade – tem efeito direto sobre a renda familiar per capita, pois afeta o denominador do indicador. *Ceteris paribus*, a diminuição do arranjo familiar significa, em termos médios, aumento da renda individual disponível. Mas talvez mais importante que esse efeito aritmético, é o fato de que os arranjos familiares constituídos por jovens profissionais de alta escolaridade e de casais de idade mais avançada- nos quais a incidência de indigência é comparativamente mais baixa- têm aumentado sua participação no conjunto das famílias, em detrimento dos arranjos familiares de maior tamanho.

Observe-se, neste sentido, que os arranjos de pessoas sós ou casais sem filhos

com chefe de até 49 anos passaram a representar 12 % dos arranjos metropolitanos em 1998. Combinado-se tal aumento com o fato de que, historicamente, estes são os arranjos menos vulneráveis à condição de indigência é fácil perceber seu efeito redutor sobre os níveis de indigência geral. O aumento da participação das pessoas sozinhas os casais sem filhos de idade mais avançada de 8% para 12% entre 1990 e 1998, combinado com a redução expressiva da indigência em 1998 (graças ao aumento real das aposentadorias, vale lembrar) também deve ter contribuído para diminuição da indigência no período.

Tabela 13: Mudanças na distribuição de famílias por tipo de arranjo
Região Metropolitana de São Paulo 1990-1998

Tipo do arranjo familiar	1990	1994	1998
Pessoa só ou Casal s/ filhos, chefe < 50 anos	7,8	9,0	11,9
Pessoa só ou Casal s/ filhos, chefe > 49 anos	8,8	9,3	11,8
Chefe só com filhos ou parentes	16,4	20,0	19,6
Casal com até 2 filhos ou parentes	38,6	40,0	38,7
Casal com 3 ou + filhos ou parentes	28,4	21,8	18,0
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação SEADE. Pesquisa de Condições de Vida.

Tabela 14: Incidência de indigência segundo tipo de arranjo familiar
Região Metropolitana de São Paulo 1990-1998

Tipo do arranjo familiar	1990	1994	1998
Pessoa só ou Casal s/ filhos, chefe < 50 anos	2,0	3,0	1,1
Pessoa só ou Casal s/ filhos, chefe > 49 anos	8,8	8,9	0,0
Chefe só com filhos ou parentes	7,8	17,4	9,8
Casal com até 2 filhos ou parentes	3,9	7,2	4,0
Casal com 3 ou + filhos ou parentes	8,4	18,1	11,5
Total	6,1	11,4	5,7

Fonte: Fundação SEADE. Pesquisa de Condições de Vida.

Uma análise *shift-share* semelhante à realizada no tópico anterior corrobora tais assertivas e mostra que entre 1990 e 1998, as mudanças de composição familiar tiveram um papel tão importante quando o efeito de redução da indigência dentre os diversos tipos de arranjos na diminuição do nível de indigência geral no período.

Tabela 15: Contribuição dos fatores do modelo *shift-share*
para variação da indigência em cada período
Região Metropolitana de São Paulo 1990-1998

Condição de Atividade ou ocupação do Chefe interm. Adm	Aum. da indigência entre 1990 e 1994 devido a variação da:				Dim. da indigência entre 1994 e 1998 devido a variação da:				Dim. da indigência entre 1990 e 1998 devido a variação da:			
	Indig.	Tp.Ar.	Inter.	Total	Indig.	Tp.Ar.	Inter.	Total	Indig.	Tp.Ar.	Inter.	Total
Pessoa só ou Casal s/ filhos, chefe < 50 anos	0,1	0,0	0,0	0,1	-0,2	0,1	-0,1	-0,1	-0,1	0,1	0,0	0,0
Pessoa só ou Casal s/ filhos, chefe > 49 anos	0,0	0,0	0,0	0,1	-0,8	0,2	-0,2	-0,8	-0,8	0,3	-0,3	-0,8
Chefe só com filhos ou parentes	1,6	0,3	0,3	2,2	-1,5	-0,1	0,0	-1,6	0,3	0,2	0,1	0,6
Casal com até 2 filhos ou parentes	1,3	0,1	0,0	1,4	-1,3	-0,1	0,0	-1,3	0,0	0,0	0,0	0,0

Casal com 3 ou + filhos ou parentes	2,8	-0,6	-0,6	1,6	-1,4	-0,7	0,3	-1,9	0,9	-0,9	-0,3	-0,3
Total	5,7	-0,2	-0,2	5,3	-5,2	-0,5	0,0	-5,7	0,4	-0,3	-0,6	-0,4

8. À guisa de conclusão: no que esses resultados podem subsidiar à formulação de políticas de combate à indigência

Como mostrado nas seções anteriores, depois de atingir níveis comparativamente elevados em 1994, a indigência apresentou uma diminuição significativa no período recente, situando-se em patamar inferior, inclusive, ao observado em 1990. Tal comportamento deveu-se, à evolução da renda familiar per capita das famílias mais pobres no período e dos preços da cesta básica de alimentos. Assim, a retração do nível médio de renda familiar das famílias mais pobres entre 1990 e 1994- como consequência da elevação das taxas de desemprego e da perda real dos rendimentos do trabalho- combinado com pequeno aumento do custo da cesta básica provocou um aumento expressivo da indigência em 1994. A recuperação do poder de compra dos rendimentos do trabalho e das aposentadorias nos últimos quatro anos e a forte redução do custo da cesta básica garantiram uma diminuição expressiva da indigência, em que pese o aumento do desemprego e da desigualdade na distribuição de rendimentos.

Os rebatimentos destes resultados sobre as políticas sociais de combate à indigência parecem bastante claros. Em primeiro lugar, vale lembrar a sensibilidade do grau de indigência quanto a variações da renda e ao preço da cesta básica. Iniciativas que venham atuar em um ou outro aspecto, como a ampliação da cobertura de programas de garantia de renda mínima ou a redução do custo relativo da cesta básica, através de desoneração de impostos (ICMS, sobretudo), oferta regulatória de alimentos, distribuição gratuita de produtos específicos, criação de facilidades para comercialização direta do produtor junto ao varejo e ao consumidor, programas de melhoria da merenda escolar podem significar o acesso mais generalizado a população de baixa renda à padrões e níveis mais adequados de nutrição, com reflexos significativos na redução da indigência. Afinal, algumas destas iniciativas têm reflexo direto no valor da cesta, como a desoneração de impostos ou eliminação de agentes intermediários na comercialização de alguns alimentos.

Nesta linha, Tomich *et al.* (1998) sugerem, através de várias simulações, que a isenção de ICMS sobre os produtos da Cesta básica do DIEESE poderia significar um aumento real de renda de até 16 % para as famílias de renda de apenas um salário mínimo residentes na RMSP, com impacto muito pequeno sobre a arrecadação

tributária do estado, tendo em vista a elevada evasão de impostos nos segmentos produtores de alimentos *in natura* e as dificuldades intrínsecas de fiscalização destes setores. Em termos do valor da Cesta básica do DIEESE (R\$ 95,26 em agosto de 1996, para um salário mínimo de R\$ 112,00), esta isenção significaria uma diminuição de 15,6 reais (em valores de agosto de 1996) em seu valor, se não houvesse ampliação das margens de comercialização.

Em segundo lugar, vale reiterar a importância do efeito do aumento real dos proventos previdenciários – e, portanto, do salário mínimo- para redução da indigência. Com o envelhecimento populacional em curso, isto é, crescimento acentuado da população de 60 anos ou mais (a taxas acima de 3%), este mecanismo se tornará cada vez mais importante como política social ativa na redução da indigência da população inativa. A aposentadoria tem sido destacada, aliás, como um fator contributivo para minorar a gravidade da pobreza no sertão nordestino, dado o peso dos inativos rurais e a falta de dinamismo econômico na região.

Por fim, é importante destacar a perversidade do desemprego em termos de seus efeitos sobre a indigência e distribuição de renda. Não fosse o significativo aumento do salário mínimo nos últimos quatro anos, o crescimento do desemprego no período teria ocasionado uma elevação da parcela de famílias indigentes, sobretudo porque o desemprego vêm atingindo, inclusive, chefes de família. Além de políticas de manutenção/aumento das aposentadorias, desoneração de impostos sobre produtos básicos, programas de distribuição ou facilitação da comercialização de alimentos, a diminuição das parcelas de população em situação de indigência e pobreza requer políticas econômicas ativas para retomada do desenvolvimento no país e na RMSP. Para ter impactos diretos sobre a população mais vulnerável, o modelo de desenvolvimento econômico requerido deve priorizar bases mais intensivas em mão de obra na Região Metropolitana (na Construção Civil, Recuperação Urbana, Produção de alimentos, Turismo, Serviços de Lazer, Confecções, etc)- além, naturalmente, do incentivo ao desenvolvimento dos setores mais modernos dos serviços, com ligações sistêmicas com diversos ramos da atividade industrial e comercial já instalados na região (de modo a minimizar os efeitos da reestruturação da base produtiva paulista). Nestas condições, programas abrangentes de capacitação e requalificação profissional certamente potencializarão os efeitos da retomada das atividades econômicas na RMSP, contribuindo, em uma perspectiva de mais longo prazo, superar os níveis atuais de indigência e reverter o agravamento acentuado na

desigualdade da distribuição de rendimentos aqui apontados.

8. Bibliografia

- ÁRIAS, A. **evolução recente da renda domiciliar per capita nas 6 maiores regiões metropolitanas e seus efeitos sobre a extrema pobreza**. Brasília: IPEA, 1996.
- _____. **Sobre a evolução da situação social na Região Metropolitana de São Paulo na década dos 90 sob a ótica da renda familiar**. Brasília: IPEA, 1998.
- BALTAR, P.E.A.; DEDECCA, C.S & HENRIQUE, W. Mercado de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, C.E.B & MATTOSO, J.E.L. (org) **Crise e trabalho no Brasil**. São Paulo: Scritta, 1997, p.87-108.
- BARROS, R.P. et alli. **Bem-estar, pobreza e desigualdade de renda: uma avaliação histórica e das disparidades regionais**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997 (Texto para discussão n. 454).
- BARROS, R.P. & MENDONÇA, R. Determinantes da desigualdade no Brasil. In: **Economia Brasileira em Perspectiva 1996**. Rio de Janeiro: IPEA, 1996, p. 421-473.
- BATICH, M & MARQUES R.M. “Aposentados e Pensionistas quantos são e como vivem”. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, Fundação Seade, v.12, n.14, out-dez. 1998, p. 121-128.
- BRAGLIA, M.A.G *et al.*. **Trabalho, desemprego e inatividade: caminhso difíceis para o acesso aos bens sociais**. Caxambu, 1995. (Apresentado no XIX Encontro Anual da ANPOCS).
- BRANDÃO, S.M. & JANNUZZI, P.M. Manifestações de renda e pobreza nos anos 90: uma análise da situação da Região Metropolitana de São Paulo. IV Encontro Nacional de Estudos do Trabalho. **Anais ...** São Paulo, ABET, setembro de 1995, p.153-171.
- CEPAL. **Magnitud de la pobreza en America Latina en los años ochenta**. Santiago-Chile, 1991.
- CYRILLO, D.C. *et alli*. Tendências do consumo de alimentos e o Plano Real: uma avaliação para a Grande São Paulo. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 16: 163-195, 1997.
- DINI, N.P. *et al.*. Renda familiar e distribuição de renda na RMSP nos anos 90: evolução conjuntural e seus determinantes. **VI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho**, Belo Horizonte, ABET, 1999, pgs. 203:239.
- EKERT-JAFFÉ, O. **Standards of Living and Families: Observation and Analysis**. Paris: John Libbey Eurotext, 1994.
- FERES, J.C. & LEÓN, A. Magnitud de la pobreza en América Latina en los años ochenta. **Revista de la CEPAL**, Santiago, n. 41, p.139-158, 1990.
- HOFFMANN, R. e KAGEYAMA, A. A distribuição de renda no Brasil entre famílias e pessoas em 1970 e 1980. **Anais do 12 Encontro Nacional de Economia**. São Paulo: ANPEC, 1984.
- HOFFMANN, R. Desigualdade e pobreza no Brasil no período 1979/97 e a influência da inflação e do salário mínimo. **Economia e Sociedade**, Campinas, 11:199-221, dez/1998.
- JANNUZZI, P.M. Renda e estrutura de despesas familiares em São Paulo. In: PATARRA, N. *et al.*. **Migração, emprego e condições de vida**. Campinas, IE/UNICAMP, 1997, p. 319-407.
- MATTOS, F.M. & CARDOSO, J.C. **A questão distributiva no Plano Real**. Campinas, IE/UNICAMP, mimeo, 1997.
- NERI, M. A evolução da distribuição de renda do trabalho no período 1994-1997: o efeito Grande São Paulo. **Notas sobre o mercado de trabalho**, Brasília, n.4:1-16, 1998.
- POCHMANN, M. **Desigualdade dos rendimentos: o que há de novo?** Campinas, CESIT, mimeo, 1997.
- RAMOS, C.A. & SANTANA, R. Desemprego, pobreza e desigualdade. **Mercado de Trabalho**, Brasília, 11:23-28, out/1999.
- ROCHA, S. La pobreza en el Brasil en los anos 80. **Revista Occidental**, México, 7 (3):363-79, 1990.
- _____. S. Renda e pobreza: os impactos do Plano Real. **Revista Brasileira de**

- Estudos Populacionais**, Campinas, 13(2), jul/dez, 1996.
- ROCHA, S. & ELLWANGER, R. Linhas de pobreza: alternativas metodológicas a partir de estruturas de consumo observadas. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, 9: 227-244, 1993.
- SEADE. **Pesquisa de condições de vida: renda**. São Paulo, 1992.
- _____. **Pesquisa de condições de vida na RMSP: primeiros resultados**. São Paulo, 1994.
- _____. **Pesquisa de condições de vida no Interior do Estado de São Paulo: primeiros resultados**. São Paulo, 1999.
- TOMICH, F.A. *et al.* Desoneração do ICMS da cesta básica. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, 17:213-252, 1998.
- TROYANO, A.A. *et al.* Condições de Vida e pobreza: elementos para uma discussão metodológica. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, 4(2):32-6, 1990.